

A FUNDAMENTAÇÃO DA ATUAÇÃO DO/A ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA

Um estudo sob a ótica do contexto sociofamiliar

Daniela Rodrigues Carneiro¹
Natalina Machado da Silva²
Weverton do Socorro Oliveira³

RESUMO

O presente estudo aborda o papel do assistente social nas Políticas Públicas de Educação no município de Abaetetuba-PA, tendo como foco o contexto sociofamiliar. O objetivo principal desta pesquisa, foi analisar as bases de atuação do Serviço Social, enfatizando a prática do/a Assistente Social no ambiente educacional, especificamente no município em destaque. A pesquisa buscou contribuir para o debate sobre a inserção do/a Assistente Social nas Políticas Públicas Educacionais, para além, destaca-se as conjunturas históricas do Serviço Social no campo educacional e a relevância desse profissional em situações familiares, evidenciando sua importância técnica e social. Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, no qual, foi utilizado legislações vigentes e teóricos que discutem o tema. Ao final, constatou-se a relevância da família no contexto escolar, desempenhando um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem, bem como a importância do trabalho do Assistente Social, que atua como mediador e facilitador na garantia de acesso aos direitos sociais.

Palavras-chave: Serviço Social; Educação; Família.

ABSTRACT

The theme of this study is the work of social workers in public education policies in the municipality of Abaetetuba-PA, with an emphasis on the socio-family context. As a general objective, we sought to analyze the bases of action of the Social Service, reflecting on the relationship of the Social Worker in the educational context of the municipality of Abaetetuba-PA.

¹ Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia. E-mail: eudanielapontocom@gmail.com

² Graduada em Serviço Social pela Faculdade de Educação e Tecnologia da Amazônia: E-mail: natalinams24@gmail.com

³ Graduado em Serviço Social, Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Serviços Sociais, Mestrando em Educação e Cultura pela Universidade Federal do Pará/Campus Cametá: E-mail: wevertonoliveira514@gmail.com

Specifically, to contribute to the discussion on Education Policy in its historical setting, and mention the historical conjunctures of Social Work in the field of education. In addition, we discussed how essential this professional is in family situations, thus demonstrating the technical and social relevance of this study. Regarding the methodological aspects, this study was characterized as bibliographical, as it used the perspectives of current legislation and authors who debate the issue in question. Thus, at the end of the research, we observed the importance of the family in the school context, attributing to it a agglutinating role in the teaching and learning process, as well as the valuable work of the Social Worker in the educational context, acting as a mediator and making rights possible.

Keywords: Social Work; Education; Family.

INTRODUÇÃO

O presente artigo teve como proposta apresentar as atribuições do assistente social nas políticas públicas de educação, com ênfase no acompanhamento às famílias dos usuários que são atendidos na Secretaria Municipal de Educação (SEMEC), do município de Abaetetuba-Pará. Assim, buscou-se refletir sobre a complexidade de compreender as diferentes realidades e múltiplas expressões da questão social, envoltas sobre as políticas educacionais do município, e considerando que as vulnerabilidades se tornam mais evidentes no cotidiano escolar.

As experiências vivenciadas durante estágio supervisionado na Coordenação Psicossocial da SEMEC se tornaram o fio condutor para o surgimento de algumas inquietações no que se refere à atuação do profissional de Serviço Social, em relação ao contexto familiar dos estudantes atendidos. Por conseguinte, através de visitas institucionais e domiciliares, evidenciou-se a frágil e distante relação entre família e escola, notando-se uma culpabilização por parte de ambos, resultando em comportamentos atípicos dos estudantes. Com isso, compreendeu-se que o referido profissional realiza um trabalho extremamente significativo, pois coopera na mediação entre estudantes e seus familiares, e proporciona contribuições para o fortalecimento do núcleo familiar.

Nesse sentido, essa pesquisa tornou-se imprescindível, para demonstrar que o assistente social, inserido nas políticas públicas educacionais pode e deve realizar ações que contribuam para o desenvolvimento social, bem como a garantia de acesso e permanência dos estudantes à educação básica, tratando-se, de uma ação profissional que tem como objetivo identificar as problemáticas que impossibilitam uma educação equitativa e de qualidade.

Desse modo, ressalta-se a necessidade de compreender a essencialidade do assistente social na educação e, especificamente, no contexto familiar, bem como o papel desse profissional no trabalho com as famílias, o qual perpassa por diversas concepções. Por isso, foi imprescindível que essa pesquisa tivesse como base, teóricos que discutem a política de educação construída ao longo da história, assim como escritores e escritoras que debatam o Serviço Social nas políticas públicas educacionais: Ribeiro (1993), Amaro (2011), Piana (2009), Florentino e Dos Reis Florentino (2015), Almeida (2022) e as legislações vigentes que estão presentes ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa. Além disso, é imprescindível que o estudo aborde a família sob o olhar de autores que debatam o contexto sociofamiliar, como Kaloustian (2011), Minuchin (1985) e Mioto e Horst (2017).

MÉTODOS

Este estudo apresenta, através de pesquisas bibliográficas, concepções de teóricos que se materializaram através de estudos que falam sobre a temática proposta. Além disso, o artigo segue uma metodologia qualquantitativa, por conter dados e o aprofundamento dos assuntos abordados, de forma que possa considerar os diferentes aspectos das situações específicas.

Por conseguinte, a pesquisa aborda assuntos específicos, a fim de possibilitar o aprofundamento do tema proposto, como uma análise das políticas públicas educacionais no Brasil; as práticas do/a assistente social

nas políticas educacionais; o/a assistente social no contexto sociofamiliar, além de destacar a família como elo no processo de ensino e aprendizagem. Com isso, de modo geral, esse estudo caracteriza a relevância do Serviço Social no contexto em que se apresenta.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação sempre esteve presente na sociedade e, desde os primórdios, era considerada um privilégio, visto que apenas os filhos dos nobres senhores poderiam usufruí-la. Assim, analisando o contexto, percebe-se que poucos tinham a oportunidade de obter conhecimento. Para tanto, considerando que a educação intervém diretamente para o desenvolvimento de qualquer pessoa, ressalta-se a sua importância, pois instiga o ser humano a buscar reconhecimento em meio social, através dos saberes adquiridos.

No Brasil, especificamente, pode-se inferir que os primeiros educadores foram os jesuítas, os quais chegaram em 1549, com a missão de catequizar os indígenas, apenas do sexo masculino. Além disso, os termos empregados referentes a “educar” eram “catequizar” ou “estudos de casa”, termos de cunho religioso, visto que, por muito tempo, a igreja católica possuía o controle dessa ação. Conforme Ribeiro (1993), a educação era humanística e voltada para o sentido espiritual, tendo como principal objetivo a alienação da população.

No entanto, após algumas décadas, assim como a sociedade modificou-se, os termos empregados para a forma de aprendizagem também sofreram alterações. Com isso, observou-se um crescente interesse dos indivíduos de ambos os sexos pela busca do privilégio do conhecimento, apesar de tais mudanças terem ocorrido de forma gradual no país.

Em seguida, nos anos de 1931 a 1937, a educação foi definida constitucionalmente como direito de todos os brasileiros, tornando-se responsabilidade da família e do poder público. Segundo Ribeiro (1993),

esse período foi marcado por contradições, uma vez que os católicos e pioneiros defendiam seus respectivos princípios fundamentais. Nesse sentido, observam-se os interesses capitalistas e políticos, que se sobressaíam em relação às expectativas da sociedade. Deste modo, o país estava em constantes mudanças nesse âmbito, logo, em 1953, houve uma alteração significativa pela Lei nº 1.920, de 25 de julho de 1953, na qual o Ministério da Educação e Saúde passou a denominar-se Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Outrossim, a partir dos anos 80, as discussões em relação às políticas públicas tiveram a participação da sociedade civil, sendo também responsável pela educação. Nessa perspectiva, a Constituição de 88, o Estado e a família passam, obrigatoriamente, a ter responsabilidade pela garantia do direito à educação de forma igualitária, advertindo por meio deste o acesso para todos, estando a cargo do Estado e da Família priorizar e contribuir na edificação das políticas públicas educacionais para os indivíduos em sua construção social, fatores que atribuem, portanto, a responsabilidade para ambos, nessa concepção de instrução.

Assim, a educação, gradualmente, ganhou e conquistou espaço na sociedade, destacando-se como meio de formação do ser social e de aquisição do conhecimento, além de formar e estabelecer o caráter crítico, fazendo com que os indivíduos a questionem e se posicionem. Desse modo, o deseja-se que essa política pública possa, cada vez mais, superar as dificuldades impostas pela ofensiva neoliberal e que os profissionais possam se munir de informações utilizando-as para construir a efetivação do acesso à uma educação de qualidade com justiça social.

Diante disso, explicita-se o município de Abaetetuba, que está localizado no estado do Pará, situado a poucos quilômetros da capital, e possui uma vasta área dividida entre cidade, ilhas, estradas e ramais. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, a população era de 158.188 habitantes e a densidade demográfica era de 98,21 habitantes por quilômetro quadrado.

A própria etimologia do nome da cidade propõe a representação cultural em que é encontrada: “Abaetetuba” de origem tupi, significa “lugar de homens fortes e valentes”. A partir desse contexto, fez-se importante para esse estudo contextualizar a política de educação no referido município.

Educação	Ens.	Ens.	EJA	Total	
Infantil	Fundamental I	Fundamental II			
7.146	12.852	1.525	904	22.427	

antitativo de estudantes matriculados (2023)

Fonte: Coordenação de estatística/SEMEC, 2023

Desse modo, é formidável destacar que, no município, o órgão responsável pela efetivação desta política pública é a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC), qual tem a missão de “tornar a Educação direito universal, conforme preconiza a LDB. Promover uma educação básica pública, inclusiva, laica, democrática com qualidade social para todas e todos”, e a visão de “ser referência em Educação de Qualidade como garantia de direito de todas e todos”. Atualmente, apresenta um grande número de estudantes adquirido por matrículas cadastradas, distribuídos nas modalidades especificadas na Tabela 1, a seguir:

Conforme observado, há um quantitativo significativo de estudantes em Abaetetuba. Nesse sentido, é importante caracterizar a finalidade da SEMEC baseada em organizar, planejar, orientar e avaliar as atividades educacionais do município. Assim, para realizar seus trabalhos, a secretaria ramifica-se em coordenações, as quais são articuladas entre si para melhor desenvolver suas atividades, a partir de suas atribuições e competências. Segundo Almeida (2022), entre os objetivos da secretaria, está o de organizar, tecnicamente, as demandas oriundas das múltiplas

T

ab
ela
1 -
Qu

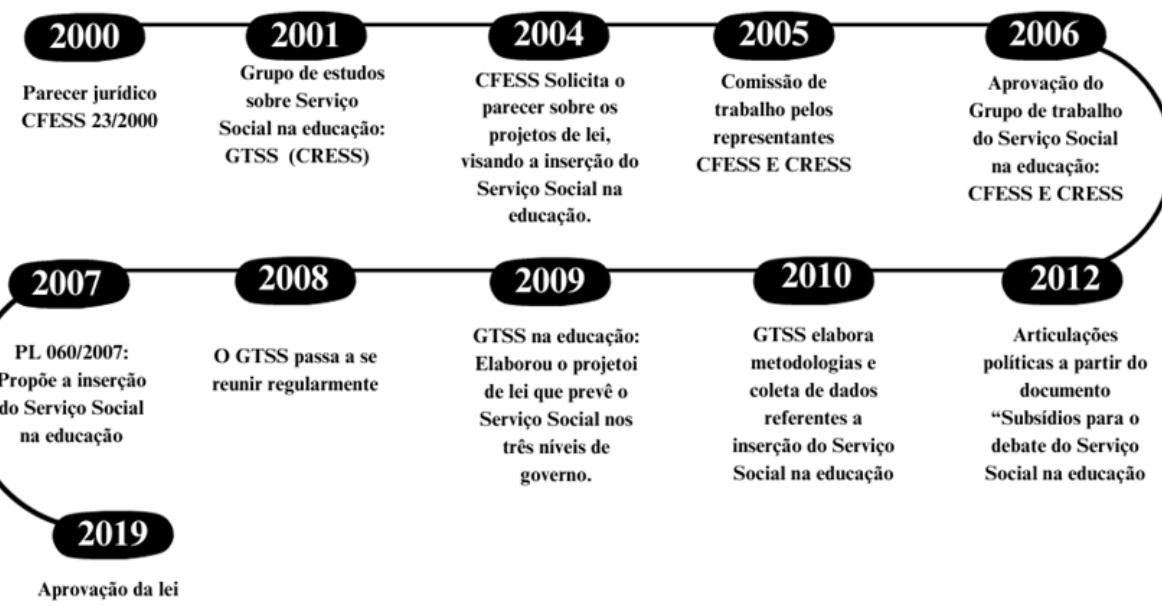
realidades das escolas da rede pública, mantendo uma relação direta, com o intuito de alcançar uma educação de qualidade socialmente referenciada.

Ao discutirmos a temática proposta, é imprescindível discorrer sobre as práticas socioeducativas do assistente social inserido na política de educação, mencionando um pouco da trajetória da consolidação dessa profissão e as legislações que norteiam e regulamentam a profissão de Serviço Social no Brasil, no âmbito da política pública.

Cabe destacar que integração do profissional nesse ambiente estava relacionada aos “ajustes” dos educandos. Para Piana (2009) “os assistentes sociais eram requisitados a intervir em situações escolares consideradas desvio, defeito ou anormalidade”. Essa intervenção fazia necessário para manter o controle dos educandos em preparação para a vida na sociedade, ou seja, estando a critério do que era repassado nessa conjuntura.

Por conseguinte, os anos 2000, foram significativos para os marcos históricos do Serviço Social na Educação, o CFESS (2013) constrói “Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação” com a elaboração de pareceres jurídicos, e a criação de grupos de estudos, leis e projetos da inserção do Serviço Social na Educação. Nesse sentido, criamos uma amostra gráfica (Figura 1) desse período de quase vinte anos de lutas do Serviço Social na Política de Educação, desde seu princípio até aprovação da Lei nº 13. 935/2019:

Figura 1 - Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de



Fonte: Elaborado pelos autores, 2023 (Dados: CFESS, 2013)

Sendo assim, é interessante destacar que, devido às novas expressões da questão social, as particularidades do momento vivenciado ficaram evidentes, demandando ações interventivas. No que diz respeito à relação fragilizada entre escola e família, Almeida (2022) discorre que a realidade social requer pensar em ações e estratégias que possam aprofundar essa relação.

Com isso, diante das vivências, ficou evidente que o Assistente Social possui mecanismos para atuar com as famílias, aliando a instrumentalidade do exercício profissional ao intuito de fazê-los entender seu devido papel no processo de ensino e aprendizagem, além de oferecer um espaço de diálogo livre de julgamentos. Além disso, mediante a todos os desafios impostos, o perfil profissional baseado no projeto ético-político faz com que seja possível buscar, mesmo que a curtos passos, a relação estreita entre escola e família, visando os direitos não só dos alunos, mas de todo seu grupo familiar.

Para tanto, cabe salientar que não existe uma definição absoluta, uma vez que ela pode perpassar por diversas concepções, à medida que se observam, sobretudo, as mudanças de significados e os arranjos colecionados ao longo do tempo. Assim, autores como Kaloustian (2011) destacam a família como um grupo social que não é percebida como um fim em si mesma, mas que é capaz de oferecer condições para assegurar condições de desenvolvimento a seus membros, em especial às crianças.

Por outro lado, deve-se pensar na família como um sistema organizacional dotado de complexidade e inconstância, ao passo que esse grupo social adquire novas formas e arranjos com o passar do tempo. A exemplo disso, Minuchin (1985) define a família como um sistema de organização complexo, com especificidades próprias, valores e crenças

que acompanham as transformações da sociedade, visando a sobrevivência e a adaptação de seus membros.

Diante disso, entende-se que família pode ter diferentes desdobramentos no meio social. Assim, interessa para este trabalho mencionar a importância no processo de ensino e aprendizagem, uma tarefa que vem carregada de análises críticas e ideias. Partindo desse ponto, é importante mencionar os responsáveis pela educação, citados na Constituição Federal de 1988, que define a educação como direito de todos e responsabilidade de dois entes extremamente importantes no processo educacional: Família e Estado.

Nessa perspectiva, entendemos que a escola deveria ser o lugar onde os alunos pudessem criar e partilhar seu senso crítico, ter acesso a novas descobertas, nas diversas áreas do conhecimento, explorar seus pontos positivos, entender seus direitos e deveres como cidadãos e compreender a realidade em que estão inseridos. No entanto, o ambiente que encontram é outro, por exemplo: salas de aula superlotadas, docentes mal preparados para lidar com realidades diferentes de alunos, falta de profissionais adequados, e questões socioeconômicas.

Tais problemas acarretam na dificuldade de aprendizagem, provocando a desmotivação dos alunos e resultando no baixo desempenho escolar. Assim, observamos que Amaro (2011) ressalta que isso decorre de relações familiares precarizadas, desemprego, trabalho infantil, fome, violência, drogas e várias formas de discriminação social, marcando o início e uma história cheia de exclusão.

Não obstante, o que é realmente necessário é discutir a importância da garantia de acesso às condições necessárias para que a família cumpra sua função social, a fim de suprir os meios necessários para o desenvolvimento daquela criança, tanto no ambiente domiciliar quanto no educacional. Sobre isso, Kaloustian (2011) salienta que, por trás da criança excluída na escola, encontra-se a família, a qual, na maioria das vezes, é indefesa e/ou inatingida pelas políticas públicas, e essas, quando

existem, tornam-se inadequadas, pois não correspondem a necessidades e demandas, justamente por não oferecer o suporte básico para que a família consiga cumprir, de forma plena, suas funções de principal agente de socialização.

Dessa maneira, entende-se a imprescindibilidade de debater sobre as especificidades do trabalho do assistente social na Política De Educação, o qual contribui largamente para o contexto sociofamiliar, uma vez que as práticas sociais e profissionais que as políticas públicas educacionais necessitam estão intimamente inseridas na atuação do profissional de Serviço Social.

À vista disso, Florentino e Dos Reis Florentino (2015, p. 2-3) afirmam que alguns problemas de origem socioeducacionais podem ser compreendidos e mediados de maneira mais efetiva com a atuação do assistente social em conjunto com outros trabalhadores da rede pública. Isto porque muitas questões que se apresentam como graves problemas aos professores e gestores da educação pública, não raro, em outros contextos, são objetos de intervenção do Assistente Social, fazendo com que este profissional tenha condições e instrumentos para contribuir na resolução de determinados conflitos e, consequentemente, para o aprimoramento da rede pública.

Nesse sentido, o Assistente Social que está incluído nesse processo, deve possuir caráter intervencional e atuar com famílias contribuindo de forma emancipatória. Mioto e Horst (2017) afirmam que a atuação aqui não se dá de maneira caritativa, e, sim, de forma ideológica na vida das famílias da classe trabalhadora, pois os efeitos são políticos em sua essencialidade, caracterizando a ruptura com os moldes tradicionais, aprofundando o debate entre o contexto sociofamiliar e a construção da liberdade intransigente.

No âmbito educacional, o Serviço Social visualiza não só o caráter intervencional, mas também o socioeducativo, os quais surgem como instrumentos de emancipação, além de ser fruto da contradição entre capital e classe trabalhadora. Dessa forma, o trabalho socioeducativo,

uma vez posto em prática no contexto escolar com as famílias, consiste em processos educativos que ultrapassam as questões metodológicas e de cunho didático, visto que são abordagens que pretendem compreender a realidade daqueles indivíduos e suas respectivas famílias, possibilitando uma reflexão do próprio meio em que estão inseridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, buscou-se um estudo sobre o Serviço Social e a inserção do Assistente Social na Política de Educação, enfatizando a importância de sua respectiva atuação, e tendo a capacidade de compreender a leitura da realidade vivenciada pelos estudantes da rede pública de ensino. Para isso, esse profissional precisa ser capaz de aplicar o conhecimento prático, teórico e metodológico, em articulação ao Código de Ética da profissão, dentre outros arcabouços de conhecimento que subsidiam seu desempenho.

Diante do exposto, é possível considerar que as políticas públicas educacionais foram oriundas de lutas e reivindicações, marcadas de desafios e possibilidades que se desvelaram em grandes avanços. O contexto histórico dessa política revela a relação contraditória entre capital e trabalho, uma vez que é notório o interesse capitalista em continuar controlando uma massa alienada; o Estado, por sua vez, é o mediador dos interesses do próprio sistema, uma vez que tenta mediar os conflitos em forma de políticas públicas e realizando os mínimos sociais.

À vista disso, outro desafio que se impõe é a complexidade de abordar a temática referente à família, pois as pesquisas ainda são fragmentadas ao contexto assistencialista, o que torna a discussão ainda mais desafiadora. Assim sendo, percebe-se uma dualidade de perspectivas: de um lado, temos uma visão da educação restringida a bases e metodologias; e, por outro lado, há uma visão do Serviço Social traçando uma abordagem holística, não fragmentando o indivíduo, mas analisando-o como um todo.

Ademais, ao realizar esse trabalho acadêmico, objetivou-se proporcionar um caráter social de contribuição para pesquisas futuras, de forma a cooperar para a sociedade, a família e, especificamente, para os Assistentes Sociais inseridos no âmbito educacional, visando dar apoio à luta pela inserção da categoria no âmbito da educação.

Nesse sentido, pretendeu-se, com essa pesquisa, cooperar também de forma técnica para o debate da temática, contribuindo para o desenvolvimento de ações que deem visibilidade ao Assistente Social, como profissional capacitado para praticar as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, dentro da Política de Educação, objetivando a garantia e o acesso a uma educação de qualidade, uma vez que, por meio dela, é possível almejar a transformação social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Kelly Samara et al. **Atuação do setor psicossocial na SEMEC do município de Abaetetuba/PA**: Abordagens e desafios. IV congresso internacional de política social e serviço social: desafios contemporâneos. Londrina PR, v.1.maio de 2022. Disponível em:<http://sevenpublicacoes.com.br/index.php/editora/article/view/2938>. Acesso em: 26 fev. 2024.

AMARO, Sarita. **Serviço social na educação**: Bases para o trabalho profissional. Ed UFSC. Florianópolis: Editora UFSC, 2011.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL, Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica. Brasília, DF. Diário Oficial da União, 1990.

BRASIL, Lei nº 1. 920, de 25 de julho de 1953. Cria o Ministério da Saúde e dá outras previdências, Diário Oficial da União, Rio de Janeiro- RJ, v. 122, nº 65, 25 de julho de 1953.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Brasília,

2013. Disponível em:
https://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOSAS.EDUCACAO.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérgamo; DOS REIS FLORENTINO, Angra. **O assistente social a serviço da educação pública:** Possibilidades e desafios. São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-13. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20170509161233.pdf. Acesso em: 27 dez. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/?utm_source=ibge&utm_medium=home&utm_campaign=portal. Acesso em: 27 dez. 2023.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug. **Família Brasileira:** a base de tudo. 10ª ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNICEF 2011.

MINUCHIN, P. **Families and individual development: provocations from the field of Family therapy.** Child Development, v.56, p. 289-302, 1985.

MIOTO, Regina C. Tamásio; HORST, Claudio H. Miranda. **Serviço Social e o trabalho com famílias:** Renovação ou Conservadorismo? Em pauta, Rio de Janeiro – 2º semestre de 2017 – n. 40, v. 15, p. 228 – 246.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **História da educação escolar no Brasil:** Notas para uma reflexão. Paidéia, FFCLRP – USP, Ribeirão Preto, 4, Fev/Jul, 1993.